

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E DISCURSOS MAL-DITOS: DIÁLOGOS NA EDUCAÇÃO PARA O COMBATE À DESINFORMAÇÃO

*Eleonora Figueiredo Correia Lucas de Moraes**

RESUMO

O artigo busca discutir a construção discursiva dos mal-ditos e do engano como mecanismo de desinformação para práticas de intolerância religiosa contra religiões de matriz africana, em diálogo com as práticas educacionais da área de Linguagens. Para isso, fundamenta-se teoricamente na Teoria Dialógica do Discurso, do Círculo de Bakhtin, a partir dos conceitos de dialogismo (Volóchinov, 2018), ato responsável (Bakhtin, 2017) e atitude responsiva (Bakhtin, 2016), além da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018). O trabalho é teórico, bibliográfico, de natureza aplicada e abordagem qualitativa. Concluiu-se que a construção discursiva dos mal-ditos sobre religiões de matriz africana, fundada em práticas colonialistas e racistas, entendidas neste artigo como não álibi (Bakhtin, 2017), funcionam efetivamente como mecanismo de desinformação por meio do engano, com claro desrespeito aos direitos das pessoas. Ainda, a partir do diálogo com os marcos legais e os fundamentos pedagógicos da BNCC, entende-se que os espaços educacionais são lugares de excelência para o combate à desinformação e a efetivação da cidadania a partir da construção coletiva de conhecimentos.

Palavras-chave: desinformação; teoria dialógica do discurso; ensino.

* Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6268-3466>. Correio eletrônico: eleonora.morais@uece.br.

**RELIGIOUS INTOLERANCE AND MISSPOKEN SPEECHES:
DIALOGUES IN EDUCATION TO COMBAT DISINFORMATION**

ABSTRACT

This article aims to discuss the discursive construction of mis-sayings and deception as a mechanism of disinformation for practices of religious intolerance against religions of African origin, in dialog with educational practices. To this end, it is theoretically based on the Dialogical Discourse Theory of the Bakhtin Circle, based on the concepts of dialogism (Volóchinov, 2018), responsible act (Bakhtin, 2017) and responsive attitude (Bakhtin, 2016), in addition to Common National Curriculum Base (BNCC) (Brazil, 2018). The work is theoretical, bibliographical, applied in nature and qualitative in approach. It was concluded that the discursive construction of misinformation about religions of African origin, based on colonizing practices, understood as non-alibi (Bakhtin, 2017), effectively works as a mechanism of disinformation through deception, with a clear violation of people's rights. Furthermore, based on the dialogue with the legal frameworks and the pedagogical foundations of the BNCC, it is understood that educational spaces are places of excellence for combating disinformation and making citizenship effective through the collective construction of knowledge.

Keywords: *disinformation; dialogical discourse theory; teaching.*

**INTOLERANCIA RELIGIOSA Y DISCURSOS MAL-DITOS:
DIÁLOGOS EN LA EDUCACIÓN PARA COMBATIR LA DESINFORMACIÓN**

RESUMEN

El artículo busca discutir la construcción discursiva de los mal-ditos y del engaño como mecanismo de desinformación para prácticas de intolerancia religiosa en contra de religiones de matriz africana, en diálogo con las prácticas educacionales. Para ello, la discusión se fundamenta teóricamente en la Teoría Dialógica del Discurso, del Círculo de Bajtín, a partir de los conceptos de dialogismo (Voloshinov, 2018), acto responsable (Bajtín, 2017) y actitud responsiva (Bajtín, 2016), además de la Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018). El trabajo es teórico, bibliográfico, de naturaleza aplicada y

abordaje cualitativo. Se concluyó que la construcción discursiva de los mal-ditos sobre religiones de matriz africana, fundada en prácticas de base colonizadora, entendidas como “la no coartada” (Bajtín, 2017), funciona efectivamente como mecanismo de desinformación a través del engaño, con clara violación de los derechos de las personas. Asimismo, a partir del diálogo con los marcos legales y los fundamentos pedagógicos de la BNCC, se entiende que los espacios educativos son lugares por excelencia para combatir la desinformación y para el ejercicio de la ciudadanía a partir de la construcción colectiva de conocimientos.

Palabras clave: *desinformación; teoría dialógica del discurso; enseñanza.*

1 INTRODUÇÃO

Preocupação antiga das várias sociedades, a desinformação se constituiu, nos últimos anos, como um aspecto que permeia vários âmbitos da vida das pessoas, desde a saúde até a política, passando pelas questões naturais, educacionais e religiosas. Para além de notícias falsas, os enunciados desinformativos se organizam e se propagam pelo falseamento e/ou pela manipulação da informação, pela ausência ou a inespecificidade dos contextos e pela sátira.

Este artigo aborda reflexões sobre o impacto da desinformação no fortalecimento da intolerância contra as religiosidades afro-brasileiras¹, especialmente a partir de tradições que perpetuam o racismo e a cosmovisão colonizadora. Dialoga-se, ainda, com aspectos educacionais, especialmente aqueles relacionados ao currículo, como propiciadores do debate democrático para a promoção da cidadania.

O aporte teórico deste estudo bibliográfico é fundamentado na Teoria Dialógica do Discurso, do Círculo de Bakhtin, a partir dos conceitos de dialogismo² (Volóchinov, 2018), ato responsável (Bakhtin, 2017) e atitude responsiva (Bakhtin, 2016), além da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e da desinformação como fruto do que se chama como discursos mal-ditos a respeito das religiões afro-brasileiras.

O trabalho é teórico, bibliográfico, de natureza aplicada e abordagem qualitativa, e são realizadas discussões teóricas que trazem à baila o dialogismo e o agir responsável a partir da

¹ Entendemos como religiões de matriz africana uma gama de práticas religiosas que ocorrem no Brasil e que têm herança africana. Alguns exemplos são os Candomblés e as Umbandas, além do Tambor de Mina, do Batuque, do Xangô de Pernambuco, entre outras.

² O dialogismo é abordado neste artigo como uma compreensão da orientação dialógica natural dos enunciados abordada por Volóchinov, de forma mais específica em *Marxismo e filosofia da linguagem*, mas que permeia toda a obra e a própria concepção teórica do grupo.

atitude responsiva contra a desinformação e as possibilidades de atuação nos espaços educacionais para o combate à manipulação informacional.

Observou-se que os discursos mal-ditos sobre as religiões de matriz africana se configuraram e se fortaleceram historicamente ao longo de vários séculos de colonização e de violência contra povos e culturas não eurocêntricas. Esse fortalecimento aconteceu em uma cadeia de respostas e que tem, no agir responsável dos sujeitos, um elemento direcionador para a propagação ou para o silenciamento dessas práticas opressoras. Defende-se, também, que os espaços educacionais são *loci* por excelência para o debate democrático e para o combate aos preconceitos e às discriminações de qualquer natureza, uma vez que a própria educação é entendida, aqui, como condição necessária à efetivação da cidadania e da democracia.

O artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. Na segunda, trabalham-se os aspectos teóricos do trabalho, quais sejam, os conceitos de dialogismo, de agir responsável e de atitude responsiva, a partir da Teoria Dialógica do Discurso, do Círculo de Bakhtin. Na terceira, expõem-se os aspectos metodológicos, seguidos, na quarta seção, da análise e da discussão dos dados. A sexta seção traz as conclusões preliminares do trabalho, seguida das referências.

Vamos às discussões.

2 LINGUAGEM E DIÁLOGO ENTRE DITOS E NÃO DITOS

A desinformação e seus efeitos são um problema antigo na sociedade. Desde a manipulação até a desordem informacional, passando pelas conhecidas *fake news* e pela ausência de informação, as suas consequências são visíveis nas diversas sociedades há décadas. De algum tempo para cá, parece, no entanto, haver uma preocupação maior em relação ao tema, em virtude, principalmente, das mudanças no ambiente informacional e de sua desordem.

A desordem informacional sempre causou efeitos devastadores na vida das pessoas e das coletividades, e são inúmeros os exemplos de pessoas prejudicadas pelos efeitos desse fenômeno. Ultimamente, no entanto, parece haver a intensificação desse processo, “[...] associada às alterações no ecossistema informacional e seu desenvolvimento na era da pós-verdade [...]” (D’Amorim e Miranda, 2021, p. 3). Percebe-se, assim, que não se trata apenas de uma questão de verdade *versus* mentira ou de combater a mentira com a verdade. Esse é,

na verdade, um problema mais complexo e imbricado com atores sociais e com elementos de naturezas diversas, como social, cognitiva, cultura, linguística, histórica e tecnológica.

Nos espaços educacionais, professores, gestores, estudantes e familiares ou outros responsáveis, por vezes, se veem às voltas com uma infinidade de temas que envolvem a desinformação, especialmente, as *fake news*, cuja disseminação parece ter se intensificado com o mau uso das ferramentas tecnológicas, por pessoas com intenções diversas. Isso porque a desinformação, para além do conceito de notícias falsas, pura e literalmente, engloba uma série de outros atos que se efetivam em questões problemáticas na sociedade.

O conteúdo humorístico sem a deliberada intenção de, mas com potencial para enganar, o contexto ausente ou confuso, a manipulação de conteúdo ou a relação imprecisa entre as informações mobilizadas são exemplos das diversas configurações que a desinformação pode assumir. Há, no entanto, nuances mais sutis que merecem e precisam ser olhadas com vistas ao combate efetivo a esse fenômeno. Eles partem, acredito, de um lugar anterior, o da manutenção das estruturas de poder em relação ao controle da informação.

O conceito de desinformação é complexo e amplamente discutido. A esse respeito, D'Amorim e Miranda (2021) apontam que “[...] a evolução do significado de desinformação, associada às suas formas de difusão e intencionalidades, deu origem a duas desambiguações, que estão associadas ao próprio fenômeno da informação – desinformação e má informação”.

Assim, muito da desinformação se constrói em um lugar indefinido, em que se mesclam ditos e não ditos sobre temas específicos, normalmente em que se apelam sobre questões sensíveis a todas as pessoas, a exemplo daquelas relacionadas à família, à pátria, à saúde e à fé, resultando, no que chamo propositalmente de *mal-dito*, aquilo que é dito de má forma. Para compreender essas sutilezas, fundamento-me, principalmente, na Teoria Dialógica do Discurso, de base bakhtiniana, da qual discuto, neste artigo, os conceitos de dialogismo, de forma primordial, de ato responsável e de atitude responsiva. Vamos a eles.

2.1 Dialogismo

Discutir as construções discursivas e os enunciados pressupõe a necessidade de delimitar a concepção de linguagem utilizada neste trabalho, a dialógica, de base bakhtiniana. Os principais fundamentos dessa concepção serão discutidos adiante, mas, por ora, explícito que essa escolha norteia muito da posição social e política em que inevitavelmente as reflexões postas neste trabalho se inserem. Isso porque compreender a linguagem de uma

perspectiva dialógica nos afasta de concepções que a enxergam como um sistema imutável de normas ou como exclusivo instrumento de expressão do pensamento.

Essa concepção, fundada na Teoria Dialógica do Discurso, fundamenta o entendimento da linguagem lugar de troca e de negociação de sentidos, que são produzidos na e pela interação entre sujeitos, na interação discursiva, materializada em situações concretas de uso da língua. Os sujeitos, por sua vez, são atores sociais que interagem por meio da linguagem e que constroem e são construídos por ela. Para o Círculo de Bakhtin, a natureza dialógica é a orientação natural da linguagem e constitui um conceito fundamental para a teoria, o dialogismo, entendido como princípio constitutivo da linguagem e, conseqüentemente, a base para produção de quaisquer enunciados.

A concepção de sujeito, para o Círculo Bakhtiniano, é também fundamental para a compreensão do dialogismo como condição de existência dos próprios sujeitos e da enunciação. Isso porque o sujeito bakhtiniano é responsável por seus atos e por suas decisões, que balizam o agir responsável, conceito que também será discutido mais adiante. Ainda no esteio do dialogismo, a produção dos enunciados ocorre a partir de atitudes responsivas, uma vez que, como em uma cadeia de enunciados, os sujeitos sempre respondem a outros enunciados, sejam anteriores, sejam posteriores.

O dialogismo pode ser compreendido sob três planos: filosófico, discursivo e textual. Respectivamente, eles tratam da condição essencial do ser humano, da condição de possibilidade de produção de enunciados e da forma composicional. Neste artigo, discute-se, especialmente, o plano discursivo, compreendendo-o como campo de possibilidades infinitas para os diversos dizeres. Saliente-se, no entanto, que abordar o plano discursivo é tratar necessariamente da própria condição de existência dos sujeitos, que se constroem a partir do outro, que, para o Círculo de Bakhtin, é aquele para o qual se dirige o enunciado e que, portanto, molda-o e determina-o. Esse outro não necessariamente se configura como um outro sujeito, mas, sim, como um olhar externo, que pode partir, inclusive, do próprio sujeito ou daquele de que se espera acolhimento do enunciado.

Como princípio constitutivo de enunciados, o dialogismo alicerça as relações dialógicas que tratam de sujeitos, das posições que eles ocupam no mundo e das conseqüentes realizações de enunciados com base nessas posições. No olhar que me proponho a fazer sobre a intolerância religiosa, por exemplo, a posição que coloco em discussão é aquela ocupada pelos sujeitos que silenciam uma história de muitas culturas e de muitas civilizações, apropriando-se delas e construindo enunciados enganosos a seu respeito, portanto,

promovendo a desinformação cujos efeitos são violentos. Saliente-se que, neste texto, opto por tratar apenas do aspecto da desinformação em relação à intolerância religiosa, compreendendo que há diversos outros que fazem com que esse tipo de violência seja tão intenso, a exemplo do racismo e das estruturas colonizadoras de poder.

As relações dialógicas dizem respeito tanto à relação entre sujeitos – eu e o outro – quanto entre os enunciados que se fundem mutuamente. O sentido nasce das relações dialógicas entre enunciados e entre sujeitos, mesmo que não ocorram no mesmo tempo e espaço. Sobre isso, Volóchinov (2018, p. 205) afirma que

[e]m sua essência, a *palavra é um ato bilateral*. Ela é determinada tanto por aquele de *quem* ela procede quanto por aquele *para quem* se dirige. Enquanto palavra, ela é justamente o *produto das inter-relações do falante com o ouvinte*. Toda palavra serve de expressão ao “um” em relação ao “outro”. Na palavra, eu dou forma a mim mesmo do ponto de vista do outro e, por fim, da perspectiva da minha coletividade. A palavra é uma ponte que liga o eu ao outro. Ela apoia uma das extremidades em mim e a outra no interlocutor. A palavra é o território comum entre falante e interlocutor.

Portanto, dialogicamente, é pelo outro que os sujeitos se constituem e se definem individual e coletivamente, e não há sujeitos que encerrem em si nos diversos âmbitos da vida, a exemplo do agir, do falar e do próprio existir. Também é essencial a compreensão sobre a construção coletiva do sujeito e, conseqüentemente, de seus enunciados, pois é no outro – entendido, inclusive, como coletividade – que eles se definem e redefinem. Ainda, na interação discursiva, é fundamental a entender o interlocutor em termos de grupo social, hierarquia, relações sociais estabelecidas na coletividade etc. Assim, a compreensão da coletividade e da vivência em sociedade coloca o sujeito em uma posição de responsabilidade pelos seus atos, discutida de forma muito particular pelo Círculo de Bakhtin. É sobre esse sujeito responsável que discuto a seguir.

2.2 Ato responsável e o não álibi

O sujeito bakhtiniano é, essencialmente, responsável por seus atos, e essa afirmação tem nuances menos evidentes do que uma leitura mais superficial possa indicar. Esse sujeito, não estando sozinho no mundo, é responsável por suas decisões, que ocorrem em relação a diferentes posições valorativas, orientadoras do agir responsável. Assim como o sujeito é responsável, o ato também o é, uma vez que é irrepetível. Isso significa que as configurações

de um ato serão tão diferentes quanto o forem os sujeitos que o realizarem, de forma que um ato nunca se repete, mesmo que seu conteúdo se repita.

O fundamento dessa compreensão está no *não álibi* do sujeito, que, de acordo com Bakhtin (2017), pode ser definido como a posição única que o sujeito pode ocupar no mundo e a impossibilidade de essa posição ser ocupada por outro. Isso porque o sujeito bakhtiniano não é assujeitado nem submisso às estruturas sociais. Pelo contrário, ele se constitui histórica e socialmente como um indivíduo consciente de suas ações e *responsável* por elas. A esse respeito, Bakhtin (2017, p. 120-121) aponta que

em correlação com o meu lugar particular que é o lugar do qual parte a minha atividade no mundo, todas as relações espaciais e temporais pensáveis adquirem um centro de valores, em volta do qual se compõem num determinado conjunto arquitetônico concreto estável, e a unidade possível se torna a singularidade real. O lugar que apenas eu ocupo e onde ajo é o centro, não somente no sentido abstratamente geométrico, mas como o centro emotivo-volitivo concreto responsável pela multiplicidade concreta do mundo, na qual o momento espacial e temporal – o lugar real único e irrepetível, o dia e a hora reais, únicos, históricos do evento – é momento necessário, mas não exclusivo de minha centralidade real, uma centralidade para mim mesmo.

Assim, ao tratar do agir responsável e da consciência situada, a palavra do autor se constitui pela noção de lugar único no mundo que é ocupado pelo sujeito, lugar esse que ocorre em virtude do não álibi, isto é, pela impossibilidade de ocupar qualquer outro lugar no mundo. Em relação ao tema que se discute neste artigo, o não álibi é um conceito que funciona como elo entre os demais, uma vez que coloca em pauta a responsabilização pela construção de discursos mal-ditos – neste trabalho, tratados especialmente como um dos aspectos basilares da intolerância religiosa – que se fundamentam na colonização dos pensamentos.

Relacionando o não álibi à desinformação, é possível compreender a efetiva constituição do ato responsável na sociedade, uma vez que as consequências da informação mal-dita são concretas, mesmo que suas motivações não sejam propositais. Na quarta seção deste artigo, realizo essa urdidura de forma mais detalhada. Por ora, é importante que o leitor considere o campo de possibilidades que o não álibi propicia para o combate ao engano como prática desinformativa. Um olhar mais direcionado para as vivências em espaços educacionais conduz à reflexão sobre essa responsabilização, uma vez que, por exemplo, trazer à tona determinados temas em detrimento de outros já representa uma posição valorativa.

Tendo discorrido sobre o conceito de ato responsável e de não álibi a partir do dialogismo, vamos ao terceiro conceito que fundamenta teoricamente este trabalho: a atitude responsiva.

2.3 Atitude responsiva

Anteriormente, discutiu-se o dialogismo como princípio constitutivo da linguagem. O conceito de responsividade está diretamente ligado ao dialogismo, uma vez que a resposta faz parte da dinâmica de construção enunciativa que perpassa as diversas atividades humanas. Responder, em uma perspectiva dialógica, está para além dos enunciados que ocorrem no mesmo tempo e no mesmo espaço; também não se trata exclusivamente de materializar uma resposta. Faraco (2009, p. 66, grifo nosso) aduz que responder também é

fazer réplicas ao dito, confrontar posições, dar acolhida fervorosa à palavra do outro, confirmá-la ou rejeitá-la, buscar-lhe um sentido profundo, ampliá-la. Em suma, estabelecer com a palavra de outrem relações de sentido de determinada espécie, isto é, relações que geram significação *responsivamente* a partir do encontro de posições avaliativas.

Assim, para além da réplica, a resposta assume diversas configurações possíveis, uma vez que o caráter responsivo pode se configurar de tantas formas diferentes quantos forem os contextos enunciativos em que se realizam. O sujeito responde ao enunciador na interação imediata, mas também responde a e por meio de enunciados anteriores que o fundamentam, com os quais concorda, discorda, estabelece relações etc. O mesmo acontece com o enunciador, que enuncia a partir de outros enunciados anteriores, explícitos ou não, uma vez que ele dialoga, respondendo a eles – para acolhê-los, replicá-los, reelaborá-los etc. – e a enunciados futuros, uma vez que os antecipa para tentar respondê-los. Assim,

[...] todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa, mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). (Bakhtin, 2003, p. 272).

Entende-se, dessa forma, que as respostas constituem o que Volóchinov (2018, p. 184) chama de *cadeia ininterrupta* [e infinita] *de discursos verbais*. Quando se trata dos mal-ditos

e do engano como prática de desinformação, a compreensão da atitude responsiva é muito sensível, tendo em vista que são diversas as intencionalidades e as estruturas sociais envolvidas nesse processo. Um discurso desinformativo, como quaisquer outros, parte necessariamente de um enunciado anterior, provavelmente verdadeiro, para manipulá-lo. A resposta, incluindo o mal-dito, passa a ser mais um elo nessa cadeia de discursos que se relaciona com todos os demais.

Nesse sentido, a atitude responsiva e o ato responsável estão intrinsecamente relacionados tanto na produção de enunciados desinformativos quanto nas possibilidades de combate aos mal-ditos, que, entendemos, encontra nos espaços educacionais um lugar privilegiado para o debate construtivo e democrático.

A seguir, apresentam-se os aspectos metodológicos adotados neste artigo para as discussões.

3 METODOLOGIA

De natureza aplicada, este trabalho bibliográfico se caracteriza como teórico, de abordagem qualitativa. Nele, busco discutir, primordialmente, a construção discursiva do que chamo *mal-ditos* sobre as religiões de matriz africana, entendidas aqui como prática de desinformação. Para isso, fundamento-me na Teoria Dialógica do Discurso, a partir de três conceitos: dialogismo, atitude responsiva e ato responsável, entendendo-os como fundamentais para a compreensão sobre a construção da cadeia desinformativa que tem fundamento no engano como desinformação e como fomento à intolerância religiosa.

Dialogo, ainda, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para fundamentar o entendimento de que os espaços educacionais são lugares de excelência para o combate às práticas desinformativas para a intolerância religiosa, bem como à promoção do respeito e da garantia dos direitos individuais e coletivos. Sigamos para a discussão.

4 INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E DISCURSOS MAL-DITOS: DIÁLOGOS NA EDUCAÇÃO PARA O COMBATE À DESINFORMAÇÃO

No último dia 21 de janeiro de 2024, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH) publicou uma matéria com dados sobre violações de direitos humanos relacionadas à intolerância religiosa durante o ano de 2023. De acordo com a pasta, foram

registradas, no Brasil, 2.124 denúncias dessas violações de direitos, um aumento de 80% em relação ano de 2022, em que, por sua vez, já se havia registrado um aumento no número de denúncias de intolerância religiosa em relação ao ano anterior. Ainda segundo dados do Ministério, as religiões afro-brasileiras seguem como as mais afetadas por esse tipo de violência.

Os dados do Ministério refletem a realidade que, contraditoriamente, os povos de terreiro vivem com muita frequência em um país cujas bases se fundamentam, em grande parte, nas culturas africanas e indígenas, que compõem a cosmovisão e as práticas dessas comunidades religiosas. A esse respeito, parece já ser um entendimento relativamente comum de que a intolerância religiosa contra povos e comunidades religiosas afro-brasileiras se fundamenta, principalmente, em práticas de colonialismo e de racismo.

É nesse contexto que tem se perpetuado, por exemplo, um discurso, no mínimo, equivocado de que as culturas africanas ou indígenas seriam inferiores, menos “evoluídas” ou, mesmo, dependentes de um “salvador europeu”; de que os povos africanos não teriam a mesma capacidade de produção de conhecimento filosófico, epistemológico e tecnológico que os povos europeus, sempre com uma nuance de verdade absoluta. Como esse, há uma série de outros discursos que se estabelecem com esse uma relação dialógica e que intencionalmente ou não propiciam práticas desinformativas. Por exemplo, com base em padrões eurocêntricos, estabeleceram-se parâmetros para legitimar o que é ou não é conhecimento, fé, beleza e outros aspectos inerentes a qualquer sociedade, normalmente, desconsiderando as epistemologias de outros povos. Muitas vezes, à tentativa de promoção de um debate democrático sobre o tema, a resposta é impessoal, em caminho oposto a um ato responsável, porque “é preciso aceitar a realidade” ou porque “sempre foi assim”.

A esse respeito, Lopes e Simas (2022, p. 56) tratam do exemplo do Egito, afirmando que,

[...] quanto mais o Egito faraônico é visto como uma sociedade relevante para a civilização humana, mais as suas origens são disputadas pela hegemonia europeia. Apesar de historiadores do século XV a XIX tentarem atribuir todas as conquistas africanas à presença dos europeus, é fora de questão, hoje, que a África, berço da Humanidade, conseguiu um desenvolvimento cultural próprio e específico. E que o Egito, no período anterior às dinastias dos faraós, se beneficiou, através das águas do Nilo, de contribuições culturais nascidas no interior do continente.

Essa “disputa de origens” se configura também com um embate de narrativas que parece ter fundamento nas práticas colonialistas que buscam se apropriar também do

conhecimento produzido por mulheres e por homens africanos, conhecimento esse que foi historicamente tomado e reconfigurado pelos povos europeus, assim como as identidades. Nesse sentido,

no início do século XVIII, o aumento do respeito pelos egípcios, em meio ao racismo crescente motivado pelo escravismo africano, fez com que se começasse a aproximá-los do universo etnoracial europeu e fazê-los “embranquecidos”. A desafrikanização do Egito foi um projeto colonial fundamentado e elaborado pelo discurso da supremacia branca. Chegou até mesmo ao cinema, com o embranquecimento de faraós e de súditos e servidores. (Lopes; Simas, 2022).

Com esse exemplo, é possível compreender como a cultura e os conhecimentos dos povos africanos, a partir do reconhecimento de seu lugar de importância para todo o mundo, foram objeto de sucessivas ações de colonização que ocorreram em diversos âmbitos: epistemológico, linguístico, cultural, religioso etc. O mesmo se observa em relação às culturas dos povos indígenas, que vêm sofrendo etnocídio ao longo de séculos, em um processo violento e opressor alicerçado em discursos e em práticas de base colonizadora e racista.

No contexto da intolerância religiosa, aspecto em que foco neste artigo, percebe-se um embate que se manifesta, de um lado, por enunciados que postulam o Cristianismo como o único caminho correto a se seguir e, de outro, a manifestação do racismo que se configura como prática colonizadora de discursos, de pensamentos, de conhecimentos, de corpos e de vidas. Assim, quaisquer expressões de fé que não se encaixem nos moldes cristãos são representadas como erradas, más ou pecadoras. Nesse sentido, esses discursos surgem como elos na *cadeia ininterrupta* de discursos verbais em diálogo com diversos outros: aqueles com os quais encontra afinidades e os que divergem deles.

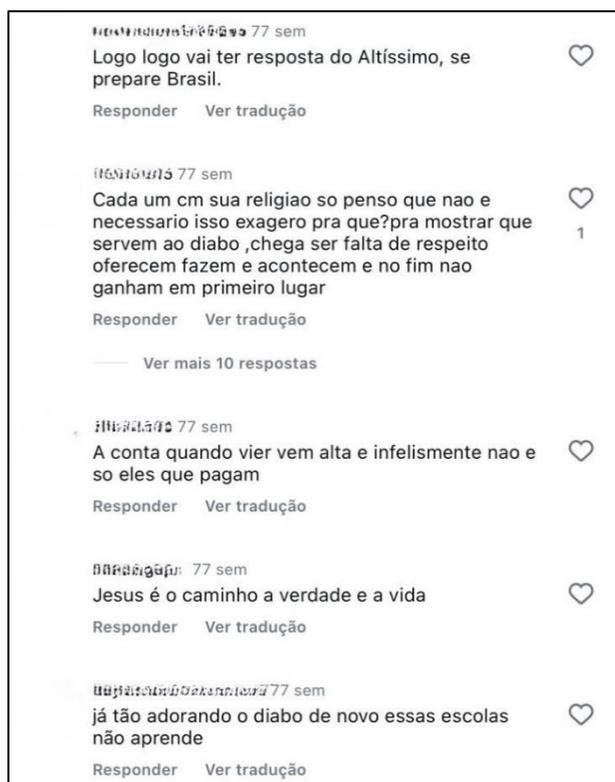
O embate ideológico e discursivo, na verdade, parece ser desajustado e desigual, de forma que, por vezes, a violência colonizadora coloca em relação aspectos que não se relacionam diretamente porque não encontram, na cosmovisão de terreiro, uma correspondência. É o caso, por exemplo, das noções de pecado, de culpa e de demônio, este equivocadamente relacionado a Exu, deus africano que, em virtude dos processos de reconfiguração mal-dita do que não é eurocêntrico, é transformado em diabo cristão. Esse desajuste, segundo Rodriguês e Moraes (2021, p. 241),

começa na África, com a chegada dos colonizadores que tinham por missão converter os nativos; ao depararem-se com o culto aos Orixás e altares consagrados a Exu, com seu falo ereto, os católicos o associaram ao demônio, uma vez que a Igreja Católica condenava o ato sexual. O sexo deveria ser praticado somente para a procriação, sendo proibido associá-lo a momentos de prazer.

O campo da cultura tem representado um importante cenário para desconstrução desses discursos, e um exemplo relevante é o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro, no carnaval, um dos maiores espetáculos culturais carnavalescos do mundo. Em 2022, a Grande Rio levou para a avenida o enredo “Fala, Majeté! Sete chaves de Exu”, com o qual foi a campeã do grupo especial naquele ano.

A grandiosidade e a beleza do desfile e o rompimento de muitas ideias do senso comum acerca da divindade africana repercutiram em diversos espaços e, sem dúvidas, propiciaram o nas redes sociais, em muitos perfis que compartilharam vídeos de momentos do desfile, especialmente com a representação de Exu. A imagem a seguir apresenta uma sequência de comentários realizados em uma postagem no Instagram que retratava um momento do desfile. Os nomes e as fotos de perfil foram apagados para preservar usuários.

Figura 1 – Comentários em postagem de vídeo sobre o desfile da Grande Rio 2022



Fonte: Comissões de Frente (2023).

Acrescente-se que, na cosmovisão africana, o demônio e/ou o diabo não existe, de forma que o discurso mal-dito relaciona esses dois aspectos – Exu e o demônio – quando, na realidade, eles não são equiparáveis. As relações dialógicas, dessa forma, se estabelecem por meio desses mal-ditos, que se perpetuam, inclusive, porque encontram resposta e acolhida na cadeia ininterrupta dos discursos verbais.

Percebe-se, dessa forma, que a desinformação é intensa ao ponto de se perpetuar em um discurso que parece natural – ou naturalizado – para grupos a quem interessa a manutenção das estruturas de poder.

Os discursos são enunciados por sujeitos que, em um viés bakhtiniano, são responsivos e responsáveis; responsivos porque respondem – ratificando ou refutando – enunciados anteriores e responsáveis porque não são assujeitados ou inconscientes e têm efetiva responsabilidade pelo seu dizer. Essa compreensão não desconsidera as relações sociais estabelecidas entre as pessoas, relações essas que inevitavelmente repercutem no agir dos indivíduos. No entanto, as consequências das ações individuais são concretas e repercutem de forma efetiva uns nos outros, o que caracteriza o agir responsável. Dessa forma, os sujeitos podem se constituir como propagadores ou como silenciadores dos enunciados desinformativos.

O agir responsável dos sujeitos se configura, assim, como fundamental para o fortalecimento ou o enfraquecimento da cadeia de desinformação, uma vez que atuam para acolher ou para refutar – ou, pelo menos, duvidar de – enunciados desinformativos, especialmente aqueles que promovem preconceito ou que ferem os direitos individuais, como é o caso daqueles relacionados à intolerância religiosa. A esse respeito, Vosoughi, Roy e Aral (2018) comprovam, em artigo publicado na revista *Science*, que as informações falsas se espalham mais ampla, profunda e rapidamente do que as verdadeiras, considerando o contexto da disseminação *on-line*. Apontam, ainda, que essas notícias são apresentadas de forma mais “romântica” e impressionante do que os fatos, de modo a captar mais efetivamente o interesse e o sentimento das pessoas.

Pode-se observar, dessa forma, que a intolerância religiosa, especialmente a partir da demonização das práticas dos povos de terreiro toca em temas muito sensíveis a todas as pessoas: a fé e o sagrado. É inevitável compreender que a desinformação retroalimenta a cadeia de intolerância e de violência relacionada às questões religiosas, especialmente em relação às religiosidades afro-brasileiras. Se a disseminação da verdade sobre temas sensíveis está em comprovada desvantagem em relação à propagação da desinformação, são urgentes

ações voltadas ao debate e às práticas de letramento que sirvam à promoção dos direitos humanos e de uma cultura de paz.

A partir da compreensão da educação como condição para a efetivação da democracia e da cidadania, defendo que os espaços educacionais, são, por excelência, *loci* de construção de conhecimentos que combatam a discriminação e o preconceito de qualquer natureza. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), por exemplo, apresenta, em diversos trechos, a importância de uma prática didático-pedagógica voltada à valorização dos direitos humanos e ao combate ao preconceito e à discriminação.

De forma mais evidente, esses aspectos são mobilizados em todas as áreas, quais sejam, Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, em diversos componentes curriculares. No componente de Ensino Religioso, a competência específica 6 para o Ensino Fundamental envolve “debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz” (Brasil, 2018, p. 437).

Já na área de Linguagens, tanto no Ensino Fundamental, quanto no Médio, há competências específicas voltadas à compreensão e ao uso da linguagem para, por exemplo,

compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza. (Brasil, 2018, p. 490).

Observa-se, dessa forma, a previsão, pelo menos no âmbito curricular, de um ensino que incentiva o debate e a problematização das questões que envolvem o preconceito e a intolerância, combatendo-os. No contexto legislativo, ressalte-se que, desde 2003, está prevista, por força de lei, a inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira, o que, inegavelmente, é um ganho, mesmo que tímido para o combate ao silenciamento histórico desses povos.

Assim, compreende-se, a partir do olhar para a Base Nacional Comum Curricular, a pertinência de práticas efetivas de debate e de discussão sobre a cultura afro-brasileira, sem os vieses mal-ditos que promovem a desinformação, como forma de ampliação dos

conhecimentos curriculares, mas, principalmente, na formação de sujeitos críticos, responsáveis e ativos no combate aos discursos desinformativos e opressores.

5 CONCLUSÃO

Neste artigo, discutem-se, brevemente, os discursos mal-ditos como práticas de desinformação fomentadoras da intolerância religiosa, especialmente relacionada às religiosidades afro-brasileiras.

A fundamentação teórica na Teoria Dialógica do Discurso, de base bakhtiniana, leva à compreensão da impossibilidade de um enunciado estar isolado no mundo, uma vez que ele faz parte de uma cadeia enunciativa, cujos elos são as respostas – anteriores e posteriores – a partir do agir responsável dos sujeitos. Compreende-se que a responsabilidade enunciativa dos sujeitos é um aspecto fundamental na cadeia desinformativa, uma vez que ela pode significar a propagação ou o silenciamento dos mal-ditos, que, seja por má intenção, seja por ausência de informação, se constituem efetivamente como instrumentos de violência e de intolerância contra os povos de terreiro.

Aponta-se, ainda, que os espaços educacionais são os lugares por excelência para a construção de um debate amplo e democrático sobre essas questões, de forma que as pessoas que fazem as instituições têm, também, diversas potencialidades de desenvolver atividades didático-pedagógicas voltadas à promoção do respeito aos direitos humanos, às individualidades e à garantia da democracia.

Longe de encerrar a discussão sobre um tema tão importante e potencialmente frutífero, busquei levantar questões importantes que trazem à tona a necessidade de discutir, nos espaços educacionais, mas também fora deles, a responsabilidade enunciativa. Por certo, outros trabalhos poderão e deverão surgir, uma vez que a academia também é responsável por desconstruir certos mal-ditos que se perpetuaram ao longo dos anos. Dessa forma, espera-se ter contribuído com mais um elo na cadeia ininterrupta de enunciados verbais que combatem a desinformação.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **No Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, MDHC reforça canal de denúncias e compromisso com promoção da liberdade religiosa**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/no-dia-nacional-de-combate-a-intolerancia-religiosa-mdhc-reforca-canal-de-denuncias-e-compromisso-com-promocao-da-liberdade-religiosa#:~:text=%E2%80%9CToda%20e%20qualquer%20den%C3%BAncia%20precisa,ficar%C3%A3o%20na%20impunidade%E2%80%9D%2C%20afirma>. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.

COMISSÕES DE FRENTE. **Acadêmicos do Grande Rio – 2022**. [S. l.: s. n.], 17 fev. 2023. Instagram: @comissoesdefrente. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cow6DQIJZS6/?igsh=Y2NydzkzYTIwbWlm>. Acesso em: 15 ago. 2024.

LOPES, N.; SIMAS, L. A. **Filosofias africanas: uma introdução**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

RODRIGUÊS, P. H.; MORAES, J. C. Exu: de deus mitológico a demônio cristão. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 10, n. 28, p. 240-255, 2021.

SANTOS-D'AMORIM, K.; MIRANDA, M. F. O. Informação incorreta, desinformação e má informação: Esclarecendo definições e exemplos em tempos de desinfodemia. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.], v. 26, p. 1-23, 2021. DOI: 10.5007/1518-2924.2021.e76900. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/76900>. Acesso em: 15 ago. 2024.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2018.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Science**. Washington, p. 1146-1151, mar. 2018.

Recebido em: 20 maio 2024.

Aceito em: 16 ago. 2024.